

POBREZA E AMAZÔNIA

Jorge Alex Nunes Athias
Maria Cristina César de Oliveira

1 O CONTEXTO AMAZÔNICO

1.1 O INÍCIO DA CRISE

Com a decisão do Governo Federal em 1956 de construir a rodovia Belém-Brasília (Lei 2975) é que surgirão os primeiros elementos prenunciadores de uma grave crise fundiária no Pará, que irá assumir, em pouco tempo, contornos realmente desastrosos.

A construção da rodovia, a par do fluxo imigratório que trouxe para nossa região, propiciou um fenômeno de transformação da terra em mercadoria. Com a súbita valorização das terras do Pará foi provocada uma enorme busca de títulos de terras para a qual, desgrazadamente, a estrutura administrativa do Estado, não estava preparada enfrentar. Nesse período, em 1959 a 1963, Estado do Pará, que até então detinha a condição de proprietário a quase totalidade das terras devolutas, procede a alienação de enormes extensões de terra e baixos preços e nem sempre de maneira regular, o quadro abaixo mostra a evolução das concessões de terras devolutas do Estado no ano de 1924 até o ano de 1976.

PARÁ – Concessões de terras devolutas do Estado, exclusive as da jurisdição do Departamento de Colonização.

1924 – 1976

Períodos	Números de Títulos	Área por título (ha)	Total da área vendida (ha)	
			Simplex	Acumulado
1924 – 28	123	315,2	38.769,6	38.769,6
1929 – 33	48	1.805,8	86.678,4	125.448,0
1934 – 38	47	1.351,9	63.539,3	188.987,3
1939 – 43	76	1.176,3	89.398,8	278.386,1
1944 – 48	42	225,6	49.475,8	287.861,1
1949 – 53	136	261,8	35.604,8	323.466,1
1954 – 58	368	165,5	60.904,0	384.370,1
1959 – 63	1.575	3.585,0	5.646.375,0	6.030.745,1
1964 – 68 (1)	267	3.149,0	840.771,1	6.871.516,2
1969 – 73	33	719,0	23.725,8	6.895.242,0
1974 – 76 (2)	86	3.148,1	81.385,0	6.286.547,0

Conforme se observa, no curto período de 5 anos, alienou-se cerca de 5,6 milhões de hectares de terras do Pará, mais do que jamais havia sido concedido em todos os anos anteriores acumulados e também mais do que nos anos futuros, onde o tamanho da área alienada será bem menor. A respeito da titulação dessas terras, diz Paulo Lamarão que *“entre o término da Belém-Brasília e a Revolução de 1964, isto é, essencialmente nos anos de 62 e 63, é inacreditável a degradação a que se chegou a titulação de terra paraenses. Houve de tudo, títulos falsos, porque sem apoio de qualquer processo. Processos nulos por defeitos de Edital, ausência ou fraude da demarcação, superposição de áreas em nomes de pessoas inexistentes ou desaparecidas, acidentes geográficos não focalizáveis, azimutes e declinações magnéticas imaginárias, metragens distorcidas, confinares e posseiros desrespeitados”*.

Enquanto a estrutura administrativa estatal tentava se reorganizar editando a Lei 3641/66, procurando por alguma ordem na caótica situação fundiária do Estado, outro fator de fundamental relevância para que se compreenda o fenômeno a corrida às terras e o violento processo de concentração fundiária na Amazônia, será desencadeado pela política governamental de incentivos fiscais e creditícios, antes restrito as atividades industriais, também à expansão das atividades agropecuárias a serem desenvolvidas por grandes empresas, não é difícil imaginarmos que, os estímulos oferecidos pelo agente governamental iria gerar uma enorme busca à propriedade da terra para a habitação em processos hábeis à concessão dos incentivos.

O Professor Otávio Mendonça, em brilhante exposição, alinhava os motivos de euforia. Primeiramente, havia possibilidade de dedução à metade do imposto de renda devido pelas pessoas jurídicas e sua transformação em ações de empresas consideradas de

interesse para o desenvolvimento amazônico, o índice inflacionário crescente que impunha o rápido investimento, o baixo preço das terras e o lucrativo retorno das aplicações; e, finalmente, a valorização das terras pela abertura das rodovias e a intensa propaganda a nível nacional. Aí estavam os fatores que tanto atração exerciam sobre o empresariado que se dispunha a implantar em nossa região os imensos projetos agropecuários e que iriam estimular a crescente concentração da propriedade fundiária em região.

Todos esses fatores levaram a uma modificação que Santos chamou de “*reconceitualização regional de propriedade*”. Esse elemento atraía igualmente a atenção de Otávio Ianni analisando o problema das terras numa região específica do Pará – Conceição do Araguaia. É que até então, conforme já referimos anteriormente, a noção de propriedade da terra ligada a sua “tenência”. Para o cabloco, a propriedade da terra estava ligada ao seu contato direto com ela o que, para ele era direito suficiente para nela estabelecer sua morada e fazê-la produzir. De repente com as alterações já mencionadas “*não era mais a ocupação, a posse, a morada, a roça, a criação, o conhecimento no lugar, a vizinhança, que garantiam a*” propriedade“. Havia que ter papel, documento, título, prova, escritura, para que a propriedade fosse propriedade“. É evidente que o formalismo jurídico necessário à obtenção da propriedade, de maneira alguma poderia beneficiar o pequeno colono completamente ignorante de tais práticas. Esse formalismo será uma importante arma utilizada pelos grupos socialmente mais fortes no sentido de obter a expansão de seu controle fundiário.

O aparato civilista, por natureza rigidamente formal, será sempre um grande adversário do colono ou posseiro quando este quiser fazer valer os seus direitos. A valorização do conteúdo ético da posse em detrimento do excesso de formalismo ritualista, somente poderia ser obtido através da criação de uma justiça especializada, menos formal, sobre esse ponto, nos reportaremos suas conclusões alcançadas por este trabalho.

1.2 A INTERVENÇÃO FEDERAL O PROBLEMA DA COLONIZAÇÃO DIRIGIDA: O AGRAVAMENTO DA CRISE.

A década de 70, do Pará, e em especial no trato de seu problema de fundiário, será marcada por uma crescente intervenção do poder central, que atingirá o seu ápice em 1º de abril de 1971, com o Decreto nº 1164/71 que, declarando indispensáveis à segurança e desenvolvimento nacionais as terras devolutas situadas na faixa de 100 Km de largura de cada lado do eixo das rodovias da Amazônia Legal, ainda que um projeto, transferirá do patrimônio do Estado para o da União, cerca de 70% do território paraense. O art. 2º do referido Decreto determinava que tais extensões de terra passavam, daquele momento em diante, a serem incluídos entre os bens da União na forma do que dispunha o Art. 4º, item I da Constituição da República. Doravante a história legal do Pará ficará sujeita às determinações do Governo Federal, que irá definir seu futuro político.

A nosso ver, a atitude do poder central, além de ser uma verdadeira espoliação aos interesses do Estado do Pará pela apropriação de seu maior patrimônio, dá um virtual golpe de morte no mito federalista brasileiro. A indenização sonhada pelos paraenses, como renascimento por tão dura medida, não parece mesmo passar de um mero sonho.

E já no período de responsabilidade da União, que outro relevante fator servirá para gravar ainda mais a questão agrária do Pará e concorrerá fortemente para o aumento das tensões: os projetos de colonização dirigida.

Em 1970 o Governo brasileiro, envolvido nas dificuldades que sempre enfrentará para resolver os graves problemas que grassavam na estrutura agrária nordestina, a qual por sua vez sofrerá um novo abalo pela brutal seca que assolava o nordeste, então se resolveu pela transferência de mão-de-obra daquela região para a Amazônia. Fruto dessa decisão foi o Decreto Lei nº 1106 que criava o Programa de Integração Nacional (PIN), que pretendia instalar cerca de 100.000 famílias ao longo de uma rodovia, a Transamazônica. Procurava-se aliar à solução dos problemas agrários imperantes no nordeste o implemento da política do binômio segurança-desenvolvimento, preenchendo o vazio demográfico da Região.

Se for verdade, entretanto que a iniciativa governamental encontrava respaldo teórico para a implantação do projeto, que em princípio era plenamente aceitável, não é menos verdade que fracassou miseravelmente em seus propósitos e contribuiu sobremaneira, para agravar o já grave problema fundiário de nossa região.

A validade do postulado teórico admitido pelo Governo encontrava respaldo em excelentes trabalhos desenvolvidos sobre a colonização dirigida no Brasil. Um deles, em especial, concluía que “a forma mais adequada de se resolver o problema dos excedentes de agricultura no nordeste, encontra-se a expansão da colonização dirigida na Amazônia”. A análise desenvolvida neste trabalho não se baseava apenas nas enormes extensões de terras devolutas de que disporia a União para levar a efeito seu projeto, mas também, calcava-se numa análise dos custos de assentamento “que no entender dos autores seria inferior ao custo de uma reforma agrária” e ainda pela análise das rendas líquidas dos agricultores que seriam razoáveis se organizados dentro dos princípios racionais de exploração econômica. Alertava, porém o importante complexo infra-estrutural que deveria ser montado para que o projeto tivesse o efeito sucesso.

O projeto precisava, pois, de muita maturação, análise, que sua implementação fosse feita de forma bastante gradual, eis que, como diz Roberto Santos, *“a União ia mexer com dois elementos sociais singularmente delicados, capazes de suscitar a explosão de grandes paixões humanas: os interesses vitais e a subsistência de milhares de famílias, de um lado, e a avariz patrimonial, o enriquecimento imobiliário súbito e fácil, de outro”*.

O gosto pelo ufanismo e o excesso de propaganda, entretanto, vieram a provocar a uma falta de maior planejamento para a sua implementação dado o imediatismo com que se pretendia fosse iniciada sua execução, e mais, em consequência da extrema propaganda das “terras sem homens”, haverá o aumento crescente de um fluxo migratório para a região, inteiramente voluntário e sobre o qual a União não exercia controle.

Assim, a despeito da tentativa da colonização dirigida levada a efeito, o progresso era consideravelmente inferior ao pretendido. Segundo Katzman, o esquema de colonização, em meados de 174 foi então “*virtually abandoned as a failure*”. Por outro lado, a grande corrente migratória voluntária espalhou-se por toda a região, ocupando as terras sem qualquer discriminação, o que, em qualquer caso, viria a prover mais combustível para as explosões que avizinhavam.

Da conjunção desses fatores, todos de per si já suficientes para proceder a uma verdadeira revolução da estrutura agrária paraense, é que estará a origem dos problemas atuais de terras que afligem nosso estado. A situação, não devidamente controlada por diversos fatores e obedecendo a interesses sem sempre respeitáveis, encontrava-se num caos administrativo gerador de intensos conflitos sociais, com os contornos dramáticos que assumem a luta pela terra na Amazônia em geral e no Pará em particular.

2 POBREZA E MEIO AMBIENTE

Analisando o processo integrativo da Amazônia no sistema capitalista pelo enfoque dos problemas sócio-ambientais que nela vem ocorrendo, destaca Roberto Santos que “*a originalidade no presente surto de desenvolvimento comparativamente ao passado amazônico, consiste justamente na sua agressividade ecológica*” (Santos, 1989: 64) e, observa que a chamada questão amazônica – situação de crise profunda que afeta a sociedade local e seu meio ambiente – é decorrente de “*alterações demasiado rápidas em seu modo de vida, nos valores e em todas as variadas espécies de relações sociais, a partir do final dos anos setenta, deprimindo ou cristalizando os baixos padrões de existência dos habitantes, degradando a natureza e suscitando no resto do país e no resto do mundo fundado receio de desastre*”.¹

¹ Roberto Santos indica três fases no preparo e progressão da crise ou da questão amazônica: “*a das antecedentes, em que se elabora a aspiração das elites urbanas regionais à industrialização e vai de meados dos anos cinquenta ao princípio dos setenta; a do militarismo nacionalista, que vai daí até aproximadamente 1980 e corresponde a instalação da crise; e a da paralisia econômica, que é a atual e corresponde ao agravamento da crise*” *A questão amazônica e o direito: meio ambiente, soberania, dívida externa, desenvolvimento. Pará Desenvolvimento, Amazônia Eco-Visões. Belém: IDESP, 1992, p.50).*

Por outro lado, o exame, do ponto de vista qualitativo, das mudanças em curso na Amazônia em razão do crescente processo de integração capitalista que nela se vem realizando, revela, entre outras características, o fato de que essas mudanças não têm resultado em efetiva melhoria da qualidade de vida das populações locais. Ao contrário, os impactos econômicos e sócio-ambientais deles resultantes evidenciam a existência de vários problemas, como o agravamento das desigualdades, pela concentração e evasão da riqueza aqui gerada e a espoliação dos grupos populares de menor renda; a implantação de “grandes projetos” agropecuários e minerários e a inundação de extensas áreas para a construção de hidrelétricas, sem as devidas precauções ambientais, e gerando o desordenado deslocamento das populações sob a área de influência desses empreendimentos; conflitos nas áreas indígenas e de garimpagem, dentre outros.

Nesse cenário, o que se observa, portanto, é galopante a devasração ambiental, a pobreza das populações locais e, a grande ironia, a exuberante riqueza natural! A Amazônia possui a maior floresta tropical úmida do planeta na qual se situa uma imensa biodiversidade, uma portentosa malha fluvial, guardando em seu território a importante reserva de água doce do planeta. A Região detém alto potencial energético. Na Amazônia se localiza inestimável riqueza minerária. Falar, portanto, em meio ambiente na Amazônia é falar sim da fabulosa riqueza natural, mas é falar também e, prioritariamente, no homem que aqui habira e de sua situação de pobreza.

A questão que se coloca, portanto, é: que alternativas poderão ser viabilizadas para alterar o quadro de um desenvolvimento socioambiental insustentável que, historicamente, se vem promovendo na Região. Que vias poderão ser acessadas, capazes de permitir ao homem amazônico alcançar padrões aceitáveis de uma vida com dignidade.

Desde Estocolmo, em 1972, o conceito de desenvolvimento vem sendo questionado e discutido e relações entre pobreza e degradação ambiental vêm sendo objeto de reflexões e propostas, num esforço conjunto de cientistas e países de todo o mundo. Nesse sentido, a Declaração de Estocolmo alertando para a gravidade do problema, deixou claro que a variável ambiental é parte indissociável de qualquer processo de desenvolvimento voltado à realização de uma sadia qualidade de vida para todos os homens.

Com efeito, a partir de Estocolmo, ficou patente a existência da chamada “poluição da pobreza” vivida pelos “países em desenvolvimento” ou periféricos e da “poluição da riqueza”, cuja fonte se situa nos países desenvolvidos.

Mas, é com o Relatório Brundtland, publicado em 1987, no livro “Nosso Futuro Comum” que a proposta da sustentabilidade ambiental ou o princípio do desenvolvimento sustentável, se apresenta mais elaborado. Nessa perspectiva, *“Em essência, o desenvolvimento*

*sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro de atender às necessidades e aspirações humanas”.*²

Vinte anos após a Conferência de Estocolmo, outro marco importante na construção do desenvolvimento sustentável foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que se realizou de 3 a 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro. O documento final da Rio 92, a Declaração do Rio de Janeiro, reconhecendo o direito de todos os seres humanos a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza, proclama, 27 princípios, visando, entre outras metas, a *“estabelecer uma nova e justa parceria global através da criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, setores importantes da sociedade e o povo”*.

Em termos de Amazônia, o modelo de desenvolvimento aqui reproduzido, como já exposto, teve como marco referencial, não as especificidades locais e as demandas de suas populações, mas um projeto desenvolvimentista expoliatório, centrado em necessidades exógenas à Região, pelo qual a Amazônia foi e é considerada como um meio capaz de viabilizar fins, especialmente econômicos, totalmente estranhos às suas necessidades de suas populações locais e de sua vocação natural.

Por outro lado, é importante ressaltar, a pobreza também consiste em fator de impacto negativo ao meio ambiente. O homem para sobreviver agride a natureza, seja em busca do alimento, levando às queimadas dos pequenos produtores rurais, seja pela falta de saneamento básico, dentre outras formas.

Diante dessa constatação, é que surge para todos nós, Poder Público e Sociedade Civil, uma inestimável responsabilidade diante da presente e das futuras gerações, no sentido de encontrar caminhos para um possível desenvolvimento sustentável, capaz de permitir, sim, a utilização dos recursos naturais, mas de forma pautada em critérios de viabilidade econômica, de responsabilidade ecológica e, principalmente, de justiça social. Onde, no enfoque do princípio do poluidor-pagador, não se permita a redistribuição pela sociedade dos custos ambientais, mas, que ao contrário, que se imponha aos que diretamente auferem proveitos com a utilização dos recursos da natureza o papel de arcar com a proteção ou recuperação do ambiente impactado.

Dessa forma, somente com a participação concertada dos segmentos mais significativos da sociedade, como o Poder Público, Empresa, as Organizações Não Governamentais e Sociedade Civil organizada é que poderá pensar na construção de uma sociedade mais justa e solidária, na qual a erradicação ou minimização da pobreza seja, efetivamente, sustentada pela máxima da solidariedade entre todos os povos.

² Nosso Futuro Comum, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora Da Fundação Getúlio Vargas, 1991, p.49.

3. A UNIVERSIDADE E O DESAFIO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Nesse contexto, a questão ambiental não é apenas o grande desafio para este século XXI, mas pode permitir a formulação de novos paradigmas, de uma nova ética, a ética de uma relação produtiva entre os homens e os homens e a natureza. E, nessa possibilidade instigante de transformação da realidade é que se vislumbra o papel altamente significativo que pode representar a universidade pública na Amazônia.

A Universidade Federal do Pará, como o maior centro de investigação da Amazônia, tem, então, entre outras, a função de produzir e socializar um conhecimento crítico que, não abdicando do saber científico e tecnológico, possa reconhecer e valorizar o conhecimento tradicional, que aprendendo e dialogando com o universal, seja capaz de refletir e responder a questões locais, formulando propostas inovadoras tendentes ao avanço sócio-econômico da Região e que, comprometida com as premissas do desenvolvimento sustentável possa promover a construção da cidadania.

Nessa perspectiva, o Plano de Desenvolvimento da UFPA 2001-2010, apresenta 7 (sete) grandes Eixos Estruturantes de Universidade, cujos temas representam, como o próprio nome indica, as referências sob as quais toda ação da UFPA deve ser desenvolvida. São eles: Universidade Multicampi; Integração com a Sociedade; Reestruturação do Modelo de Ensino; Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico; Valorização dos Recursos Humanos; Ambiente Adequado e Modernização da Gestão.

A partir do referencial Multicapi, a UFPA se estrutura como Universidade-rede. São 10 *campi* distribuídos pelo Estado do Pará, em Belém e nos municípios-pólo de Castanhal, Bragança, Abaetetuba, Soure, Breves, Cametá, Santarém, Altamira e Marabá. É uma única Universidade, mas que reconhece as peculiaridades locais. Num exercício constante de democratização da educação superior, atua não somente na capital do Estado, mas, a partir da vocação local e das necessidades do interior, trabalha na formação de profissionais identificados com as demandas sociais.

Por outro lado, a função social da Universidade não se limita a “formar” quadros de profissionais, mas, impõe o engajamento social desses, adquirida desde estudante vinculado a programas de iniciação científica. Numa via de mão dupla, deve a Universidade, interagindo com os diversos segmentos sociais, desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão que possibilitem a melhoria da qualidade de vida das populações locais. Ao mesmo tempo, a própria Universidade, ao estabelecer canais de comunicação com a sociedade, ela mesma, participa de um processo altamente dinâmico de constante transformação e atualização. Como sintetizou Alex Fiúza de Mello, cientista político e atual Reitor da UFPA: *“A Universidade deve ser um intelectual orgânico coletivo a serviço das forças sociais da transformação e da contemporaneidade”*.

Nesse particular, podem ser destacados os Projetos MADAM e POEMA, vinculados ao NUMA- Núcleo de Meio Ambiente da UFPA.

MADAM

O MADAM (Manejo e Dinâmica em Áreas de Manguezais) é um programa de cooperação científica entre Brasil e Alemanha, que surgiu a partir das discussões da Conferência Rio 92 para o Desenvolvimento do Meio Ambiente.

Em 1995, cientistas brasileiros e alemães se reuniram e criaram o Programa MADAM, financiado através do Ministério da Educação, Ciência, Pesquisa e Tecnologia (BMBF), do governo alemão, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), lado brasileiro. As atividades científicas do programa têm o apoio do Centro de Ecologia Marinha Tropical (ZMT), de Bremen, e da Universidade Federal do Pará, através do Núcleo do Meio Ambiente (NUMA).

O MADAM é reconhecido como um projeto LOICZ (Land-Ocean Interactions in the Coastal Zone). No âmbito do LOICZ – um programa subordinado ao Programa Internacional de Geosfera-Biosfera (IGBP), são realizadas pesquisas de zonas costeiras. O MADAM obteve ainda o reconhecimento do programa Man Biosphere (MAB) da UNESCO.

Este projeto tem como meta o fortalecimento da capacidade científica na região norte do Brasil e a formação de uma linha alemã de pesquisa nos trópicos voltada à questões práticas.

ATUAÇÃO DO MADAM NAS COMUNIDADES

A participação das comunidades de Bragança no processo de coleta de dados para as pesquisas tem sido de fundamental importância para os trabalhos dos pesquisadores. Os moradores estão inseridos direta ou indiretamente nos projetos. Alguns participam de Programas como o do Monitoramento do Caranguejo e do Desembarque Pesqueira na região bragantina.

Os dados sócio-econômicos levantados apontam que 35% das famílias dependem do pescado para sobreviver, 35% e 40% vivem da captura e comercialização do caranguejo.

Como os recursos do manguezal são para muitas famílias a única fonte de renda, o programa MADAM também tem incentivado, através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bragança (STR), a busca de alternativas de renda. Como resultado, foi implantada uma fábrica de filetagem do peixe, na Vila do Bonifácio, a 36 km de Bragança, e de produção de mel, em Tamatateua, distante 18 km da cidade.

Esses dois empreendimentos, gerenciados pela própria comunidade sob o auxílio de técnicos, surgiram a partir do Projeto Demonstrativo tipo A (PD/A), coordenado pelo STR.

Os recursos para a construção da fábrica são do PPG7 em parceria com o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (MMA/IBAMA), PRORENDA e com o Programa MADAN.

Com isso, os pesquisadores procuram diminuir a super-exploração sobre os recursos naturais do manguezal de Bragança, evitando assim, que haja uma diminuição futura do estoques pesqueiros.

NO MEIO ACADÊMICO

Os alunos do Campus da UFPA em Bragança têm a oportunidade de trocar experiências com os pesquisadores do MADAM, mesmo os que não estão inseridos em projetos. É que boa parte dos pesquisadores também é professor do Campus.

Outra vantagem, principalmente para os alunos de pós-graduação, é que eles estão próximos ao trabalho de campo, o que propicia maior contato com o ecossistema de manguezal e, portanto, maior conhecimento da região em que atuam.

A implantação do curso de mestrado em Ecossistemas Costeiros e Estuarinos era uma das metas do Programa MADAM, alcançada em 1999. O objetivo é formar profissionais da região, com conhecimentos científicos sobre a diversidade de espécies existentes no litoral norte do Brasil.

NO MEIO CIENTÍFICO

As pesquisas do Programa MADAM envolvem várias áreas do conhecimento, o que possibilita aos pesquisadores terem uma visão geral da problemática da área de estudo. Além dos estudos biológicos, ecológicos, geológicos e meteorológicos do ecossistema de manguezal, é feito um levantamento sócio-econômico das comunidades locais e a relação com os recursos naturais extraídos do ecossistema.

A genética também tem contribuído para “desvendar” a origem dos animais consumidos na região e a relação deles com o meio ambiente. Com a técnica de microssatélite, usada para estudar o DNA, será possível descobrir, por exemplo, de onde vem os caranguejos que consumimos, se são do Pará ou de Estados vizinhos como Maranhão e Amapá.

Os pesquisadores também estão identificando, através do uso da genética, as diferentes espécies de peixe existentes no litoral norte do país.

Vários trabalhos científicos de pesquisadores do MADAM já foram publicados e servirão de subsídios para a aplicação futura de políticas de manejo sustentável dos recursos naturais e para o equilíbrio da cadeia trófica do ecossistema de manguezal.

POEMA

O POEMA nasce no âmbito da Universidade Federal do Pará, vinculado ao Núcleo de Meio Ambiente (Numa) em janeiro de 1992. Veio com a proposta de experimentar, sistematicamente, formas inovadoras de cooperação entre a Universidade, o poder municipal e as populações vulneráveis da Amazônia. Seu intuito é contribuir para a geração e a implementação de vias de desenvolvimento sustentável para a Região Amazônica.

Possui como objetivos:

“Incentivar a mobilização e auto-organização das comunidades pobres do interior amazônico, através de estratégias inovadoras de atendimento a suas necessidades básicas.

Contribuir para identificação e valorização das vocações produtivas, econômicas, ecológicas e culturais, gerando e transferindo, às comunidades, tecnologias e metodologias que respondam à suas próprias demandas.

Fornecer subsídios básicos para definição de prioridades de Planos, Programas ou Projetos municipais e estaduais contribuindo para otimizar a integração das instâncias administrativas estaduais e municipais.

Incentivar e desenvolver a cooperação e intercâmbio entre programas que tenham como principal objetivo a superação da pobreza e a proteção do meio ambiente, na Amazônia.

Elaborar e implementar estratégias que partam das especificidades do meio natural e sócio-cultural, na definição das modalidades de integração da Amazônia no contexto global, incentivando a descentralização do planejamento.

Criar vínculos entre a produção e o beneficiamento de produtos naturais para viabilizar a conquista de novos mercados.”

PROJETO RIACHO DOCE – PRD

É, também de ser destacado, pelos resultados obtidos e pelo exemplo que pode representar, o Projeto Riacho Doce - PRD.

Segundo seus idealizadores, o PRD assim se apresenta:

“O PROJETO RIACHO DOCE - PRD”, é uma proposta acadêmico-social de ação complementar à escola, desenvolvida pelo Departamento de Educação Física do Centro de Educação da Universidade

Federal do Pará - UFPA, com o apoio do Instituto Ayrton Senna - IAS, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, da Secretaria Nacional de Esportes - SNE e do Banco da Amazônia - BASA.

O principal objetivo é dar oportunidade para que crianças e adolescentes de 07 a 14 anos desenvolvam o seu potencial pela busca da formação integral, com o aprimoramento de competências pessoais, sociais, produtivas e cognitivas para o sucesso na vida e na escola, capazes de promover melhorias na qualidade de vida.

Estas melhorias devem refletir no incremento do nível de escolaridade e no aumento da média de expectativa de vida dos participantes contribuindo para a elevação do índice de Desenvolvimento Humano, IDH, na comunidade alvo.

Os participantes são oriundos de famílias desfavorecidas social e economicamente que residem no entorno do Campus Universitário do Guamá e no PRD vivenciam atividades esportivas, pedagógicas e artístico-culturais, recebendo atendimento odontológico, psicossocial e de enfermagem, além de complemento alimentar.

Todas as ações realizadas estão comprometidas com a formação integral dos beneficiados e fundamentam-se numa proposta em que o Esporte é tratado com fins educacionais e concebido enquanto eixo estruturador dos projetos didáticos, assumindo a “centralidade programática” nas diferentes áreas de conhecimento.

Neste contexto, as atividades contribuem para a construção da “CULTURA DA PAZ” preconizada pela UNESCO, através da prioridade para a criação de condições para exercício pleno dos direitos humanos.

O trabalho é desenvolvido por alunos universitários de áreas convergentes do Esporte (Educação Física, Pedagogia, Educação Artística, Ciências da Computação, Psicologia, Serviço Social, Odontologia, Enfermagem Comunicação Social e Administração), substituídos periodicamente, e coordenados por uma equipe multidisciplinar de professores.

O PRD funciona nas instalações do Complexo Esportivo da UFPA (campus III) cuja estrutura física foi significativamente reformada e ampliada pela construção de diversas edificações multifuncionais, utilizando recursos não reembolsáveis proporcionados pelo BNDES.

No campo da pesquisa, o escopo fundamental é, pensando o futuro da Região, produzir conhecimento e construir soluções científicas, tecnológicas e pedagógicas no sentido de contribuir para um modelo de desenvolvimento centrado na valorização do trabalho e na dignidade da pessoa humana.